

Editorial

O volume primeiro, número um do ano de 2010 da Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: A Segurança Jurídica no Sistema; O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário no Meio Ambiente Processual Brasileiro; Consórcio de Empresas; e Eficácia, Aplicabilidade e Exequibilidade dos Direitos e Garantias Fundamentais, artigos estes elaborados pelo corpo docente da Fac São Roque. O periódico apresenta também artigos elaborados pelo corpo discente sob a orientação de professores, são eles: Desconsideração da Personalidade Jurídica na Sociedade Limitada na Fase de Execução Trabalhista; Direitos Personalíssimos; A Filosofia Jurisdicional; Dos Alimentos - Condições Objetivas da Obrigação Alimentar entre o pai (Alimentante) para com o filho (Alimentado); Uniões Homoafetivas - Alguns Aspectos Sociológicos, Psicológicos e Jurídicos; A Conciliação nos Juizados Especiais Cíveis; Da Legalidade da Interceptação Telefônica como Meio de Prova; Os Princípios Constitucionais Incidentes no Direito Penal Brasileiro; Porte de Arma para Guardas Municipais de Municípios com Menos de 500 mil Habitantes; Lei nº 11.419/06 – Processo Eletrônico e Aspectos Jurídicos Atuais Da Substituição Tributária.

Em seguida temos dois ensaios, Núcleo de Regularização Imobiliária e Cadastral: Um Projeto Social na Área Imobiliária, escrito pelo Prof. Júlio Meneguesso e a Nova Alteração do Código de Processo Civil, contribuição do nosso convidado Prof. Esp. Clovis Antonio Maluf e também membro do nosso Conselho Editorial.

Após os artigos e ensaios para finalizar o primeiro volume a Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania apresenta uma entrevista feita com o Desembargador Federal Newton De Lucca e também Professor Titular da Universidade de São Paulo.

No primeiro texto dos trabalhos do corpo docente, a Profa. Ms. Elaine Glaci Fumagalli Errador Casagrande apresenta uma análise sobre a segurança jurídica

e as mudanças que ocorrem na sociedade, no que concerne a necessidade do sistema proporcionar a satisfação das relações, procurando aproveitar instrumentos jurídicos já existentes.

O segundo artigo apresenta O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário no Meio Ambiente Processual Brasileiro. Pesquisa realizada pelo Prof. Esp. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda, aduzindo sobre o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário, focando as características de cada um dos instrumentos processuais e, principalmente, as recentes alterações legislativas, que alteraram de forma substancial o processamento e o julgamento destes recursos, modificando o meio ambiente processual brasileiro.

Na seqüência a Profa. Ms. Maria Bernadete Miranda apresenta um estudo sobre o Consórcio de Empresas que significa o agrupamento de sociedades, feito através de um contrato, com a finalidade de executar determinado empreendimento, obrigando-se cada sociedade, em relação àquele com quem o consórcio vai contratar, de acordo com as condições previstas no contrato e respondendo apenas pelas obrigações assumidas.

Para concluir a série de artigos do corpo docente o Prof. Ms. Otávio Jorge de Moraes Júnior apresenta a Eficácia, Aplicabilidade e Exequibilidade dos Direitos e Garantias Fundamentais abordando as normas Constitucionais de eficácia limitadas, também denominadas de aplicabilidade mediata, deferida e reduzida, que são aquelas que desde o momento em que entram em vigor, apesar de sua existência material, não possuem aplicabilidade prática, por conseguinte, são destituídas de eficácia por não se encontrarem regulamentadas quanto ao seu campo e forma de atuação social, necessitando, para tanto, de norma integrativa de natureza infraconstitucional para que venham a ser produzidos seus reais, totais e cabais efeitos jurídicos pretendidos.

Em seguida temos os artigos elaborados pelo corpo docente sob a orientação de professores da Fac São Roque.

O primeiro artigo do corpo docente foi elaborado pela aluna Adriane Aparecida Tisêo Batista sob a orientação do Prof. Otávio Jorge de Moraes Júnior com o tema Desconsideração da Personalidade Jurídica na Sociedade Limitada na Fase de Execução Trabalhista, dizendo que a tutela jurisdicional trabalhista tem como foco principal a proteção do trabalhador. A doutrina e a jurisprudência

trabalhista encampam a teoria objetiva da desconsideração da personalidade jurídica que disciplina a possibilidade de execução dos bens do sócio, independentemente de haver abuso de poder ou violação de contrato. Assim, se a pessoa jurídica não possuir bens, a qualquer momento poderá se executar os bens do sócio, desde que preenchidos os requisitos legais.

No segundo artigo a aluna Aline Rollo Sozzo sob a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda apresenta Direitos Personalíssimos, dizendo que eles tratam de aspectos inerentes à dignidade da pessoa humana prevista no Texto Constitucional, porém, são disciplinados pelo Código Civil de 2002, onde o seu artigo 11 determina que salvo previsão legal, são intransmissíveis e irrenunciáveis limitando inclusive a própria ação do seu titular.

Na seqüência Andreza Pucca orientada pelo Prof. Otávio Jorge de Moraes Júnior, aborda A Filosofia Jurisdicional, cujo objetivo foi apresentar, analisar, levantar indagações e abrir caminhos para uma compreensão abrangente sobre a filosofia e a justiça e sua importância para o direito, conhecendo o conceito de justiça visto por alguns dos maiores Filósofos de todos os tempos até os dias atuais, onde sua aplicabilidade é essencial e de grande discussão sempre com o intuito incessante do bem comum.

O quarto artigo foi elaborado por Bruno Mendes com a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda, com o tema Dos Alimentos - Condições Objetivas da Obrigação Alimentar entre o pai (Alimentante) para com o filho (Alimentado). Nessa pesquisa o aluno traz as condições objetivas da obrigação alimentar entre o pai (alimentante) para com o filho (alimentado) como regra fundamental e necessária para que se possam exigir os alimentos a quem de direito.

Em seguida a aluna Elenice Buda Canali através da orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda apresenta Uniões Homoafetivas - Alguns Aspectos Sociológicos, Psicológicos e Jurídicos. Na pesquisa relata que essas uniões enfrentam temas relativamente complexos dentre os quais; a família, as relações familiares e suas transformações. Tais temas preparam “o berço” para a abordagem do tema homoafetividade. Vários relacionamentos possuem a proteção jurídica estatal e foram acolhidos com o tempo e em virtude das transformações sociais na busca do ser humano pela felicidade. Diz a aluna que

as manifestações preconceituosas de nossa sociedade e do legislador sempre existiram e a tendência diante de algo diferente e novo é, freqüentemente, de repulsa e discriminação, próprias do ser humano. Termina o seu trabalho relatando que a obtenção de conhecimentos, diminuição dos preconceitos e a verificação da possibilidade da aceitação jurídica dessas relações, cada vez mais presentes em nossa sociedade, foram temas propulsores para a elaboração da pesquisa.

O sexto artigo é apresentado pela aluna Ilza de Fátima Wagner Lopez sob a orientação do Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda, com o tema A Conciliação nos Juizados Especiais Cíveis. Inicia a pesquisa dizendo que há muito tempo vem se falando da crise por que passa o Poder Judiciário e, é a sociedade quem sofre com ela. A morosidade dos processos, seu custo e a burocratização na sua gestão causam certa complicação procedimental; a mentalidade do juiz que nem sempre lança mão dos poderes que os códigos lhe atribuem; a falta de informação e de orientação para os detentores dos interesses em conflito; as deficiências do patrocínio gratuito tudo leva à obstrução das vias de acesso à justiça e ao distanciamento entre o Judiciário e os jurisdicionados. A sociedade vive uma crescente insegurança jurídica devido ao desprestígio da atividade jurisdicional estatal. Ante esse quadro desanimador fez-se necessária a criação de meios alternativos de pacificação social, e não adversariais, de resolução de conflitos a fim de oferecer à sociedade as tão sonhadas rapidez e eficácia na composição dos conflitos. Por fim esclarece que esse trabalho se ocupou de analisar os institutos alternativos de solução de conflitos, em especial a conciliação nos juizados especiais cíveis; suas características, seu conceito e as vantagens na sua aplicação, mormente quando se fala em descongestionamento do Poder Judiciário e, conseqüentemente, em seu fortalecimento e prestígio junto à população.

No sétimo artigo a Profa. Elaine Glaci Fumagalli Errador Casagrande orientou o aluno Ivan José de Moraes que escreveu sobre o tema Da Legalidade da Interceptação Telefônica como Meio de Prova, tendo por objetivo discorrer sobre a Legalidade da Interceptação Telefônica como Meio de Prova, inserido no texto da Constituição Federal, art. 5º, inciso XII, cuja regulamentação foi dada pela Lei nº 9.296/96.

A Lei nº 9.296/96, da interceptação telefônica, foi editada para pacificar as controvérsias dos tribunais e atender reclamos de setores jurídicos, o qual visa resguardar o direito à intimidade. É importante ressaltar que o sigilo das comunicações é a regra, das quais a interceptação telefônica é a exceção.

A interceptação telefônica, uma vez legalmente disciplinada e efetuada com obediência aos requisitos impostos no ordenamento jurídico, são aceitas como provas lícitas, sendo admissível seu resultado como fonte de prova no processo.

Em seguida temos o artigo Os Princípios Constitucionais Incidentes no Direito Penal Brasileiro, elaborado pelo aluno José Cirilo Cordeiro Silva, também sob a orientação da Profa. Elaine Glaci Fumagalli Errador Casagrande pretendendo demonstrar a importância dos princípios constitucionais incidentes sobre matéria penal no Direito Brasileiro, dizendo que para tanto é fundamental o Estado Democrático de Direito, onde o Estado tem metas, busca uma sociedade mais justa e as leis são respeitadas valorizando-se a dignidade da pessoa humana, como medida para aplicação das leis. O princípio da legalidade é a maior garantia constante em nosso ordenamento penal, uma vez que, para que ocorra aplicação da pena, deve existir a lei penal e o fato deve estar previsto como um ilícito penal, bem como, sua cominação legal. Trata-se de um trabalho que demonstra a interligação entre o Direito Penal e o Direito Constitucional, mostrando que os princípios presentes em nossa Constituição Federal, regem o Direito Penal, norteiam o legislador quando da elaboração da norma, os Juizes para fazer sua aplicação, e os operadores em geral.

O nono artigo trata sobre o Porte de Arma para Guardas Municipais de Municípios com Menos de 500 mil Habitantes, foi elaborado pela aluna Luciana Alves da Silva, mais uma vez com a brilhante orientação da Profa. Elaine Glaci Fumagalli Errador Casagrande. A pesquisa aborda o inciso IV do artigo 6º da Lei nº 10.826 que regula o Porte de Arma para Guardas Municipais de Municípios com Menos de 500 mil Habitantes e tem por finalidade passar aos leitores as grandes controvérsias que são e ainda serão discutidas no Estatuto do Desarmamento, perante nossos tribunais e ordenamento jurídico brasileiro. No dia 22 de dezembro de 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, o Estatuto do Desarmamento, restringindo a posse e o porte de armas no

Brasil. Todos os portes de armas de fogo em circulação no país expiraram, fossem eles expedidos pela Polícia Federal ou pelas polícias estaduais. A partir dessa lei, para conseguir um novo porte ou renovar o atual, o interessado terá de se submeter às regras do Estatuto do Desarmamento e provar a efetiva necessidade de andar armado e ter mais de 25 anos de idade. Tanto o registro como o porte da arma são autorizados exclusivamente pela Polícia Federal. Não existindo mais o porte estadual.

Em seguida a aluna Magali Cunha Machado orientada pelo Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda escreve sobre a Lei nº 11.419/06 – Processo Eletrônico. Relata em seu trabalho que a Lei nº 11.419/06, promulgada em 19 de dezembro de 2006 traz para os operadores do direito a chance de vislumbrar uma nova realidade na prestação jurisdicional. Explica que o uso da informática e dos meios eletrônicos não é algo novo no Poder Judiciário e que se for considerada a formalidade e cultura, inerentes ao judiciário, iremos nos deparar com algumas polêmicas e questões dignas de uma reflexão acerca do processo judicial eletrônico ou processo digital. Diz ainda que caberá à todos os operadores do direito uma mudança de paradigmas, preconceitos, cultura e que não deverão se esquecer dos valores e princípios fundamentais que norteiam a efetivação do objetivo maior que é o da Justiça!

O aluno Marcelo Antonio Domingues sob a orientação do Prof. Rogério Morina Vaz escreve sobre os Aspectos Jurídicos Atuais Da Substituição Tributária, tendo como fim precípua demonstrar que tal instituto é uma alternativa criada para o Fisco arrecadar tributos de maneira eficiente e racional, de uma forma que facilite a fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais praticadas pelos contribuintes.

Após os artigos do corpo discente o Prof. Júlio Meneguesso nos presenteia com o texto intitulado “*Núcleo de Regularização Imobiliária e Cadastral: Um Projeto Social na Área Imobiliária*”. Trata-se de um ensaio onde o autor expõe idéias, críticas e reflexões éticas a respeito do tema. Conclui o texto apresentando o seu ponto de vista pessoal, com a possível afirmativa que foi acertada a criação do Núcleo de Regularização Imobiliária e Cadastral, bem assim os investimentos que estão sendo feitos, em benefício de pessoas que não dispõem de recursos,

como despesas com honorários advocatícios, custas processuais e levantamentos topográficos, visando a regularização imobiliária.

Em seguida temos o texto do nosso convidado e membro do Conselho Editorial, Prof. Clóvis Antonio Maluf discorrendo sobre a *Nova Alteração do Código de Processo Civil* comentando a nova proposta que o Superior Tribunal de Justiça está apresentando ao Congresso Nacional sobre a agilidade processual, com o objetivo de diminuir o andamento dos processos judiciais. Nesse ensaio o Prof. Maluf apresenta suas críticas e prováveis soluções, finalizando dizendo que para socorrer o Judiciário, não basta simplesmente reduzir o número de recursos, mas sim aumentar o número de bacharéis capacitados para enfrentar uma banca examinadora, a fim de aumentar o número de juízes e por conseqüência o número de varas, para que a população possa ter acesso à Justiça, e ter resposta, se não imediata, num prazo razoavelmente curto.

Para encerrar o volume primeiro, número um, do ano de 2010 da Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania, a Profa. Maria Bernadete Miranda apresenta uma entrevista realizada no dia 12 de abril de 2010, versando sobre o tema: *“A Faculdade e a preocupação para o Mercado de Trabalho”*. A entrevista foi realizada com o Doutor Newton De Lucca, Eminentíssimo Desembargador Federal da 3ª Região, Mestre, Doutor, Livre-Docente, Adjunto e Titular pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O Prof. Newton De Lucca gentilmente repartiu seus conhecimentos, colocando em nossas mãos as ferramentas com as quais abriremos novos horizontes, rumo à satisfação plena dos ideais humanos e profissionais. Temos certeza de que os nossos alunos e demais leitores seguiram os seus preciosos conselhos.

A coletânea apresenta ensaios, entrevistas e os resultados das pesquisas científicas realizadas por professores, alunos e convidados da Fac São Roque, que participaram do I Congresso Acadêmico e Iniciação Científica em novembro de 2009, que nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

Profa. MSc. Maria Bernadete Miranda